

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado por despacho de 1 de Outubro de 2007, sem prejuízo da tramitação até final do incidente limitado de qualificação de insolvência. A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência de massa insolvente para a satisfação das custas do processo e das restantes dívidas da massa insolvente, nos termos dos artigos 230.º, n.º 1, alínea *d*), e 232.º, do CIRE. Efeitos do encerramento — os previstos nos artigos 233.º e 234.º do CIRE.

9 de Outubro de 2007. — A Juíza de Direito, *Carla Cardador*. — O Oficial de Justiça, *Rogério Simenta*.

2611059038

CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES

Rectificação n.º 1900/2007

Para os devidos efeitos se torna público que o aviso desta Câmara Municipal publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 15 de Outubro de 2007, contém incorrecções. Assim, rectifica-se que onde se lê «Chefe de Divisão Administrativa e Financeira» deve ler-se «Chefe de Divisão de Obras Urbanismo e Meio Ambiente».

19 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Severino Soares Miranda*.

2611059226

CÂMARA MUNICIPAL DE GÓIS

Aviso n.º 21 210/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 1 de Outubro de 2007, no uso da competência própria prevista na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi nomeada técnica superior de organização e gestão de 1.ª classe, cujo aviso de abertura do concurso foi afixado no edifício dos Paços do Concelho e na Divisão de Recursos Humanos, em 21 de Agosto de 2007, a candidata opositora Sara Sofia Correia Mendes.

A lista de classificação final, devidamente homologada, foi afixada na Divisão de Recursos Humanos em 16 de Outubro de 2007.

A nomeada deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da presente publicação.

16 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Girão Vitorino*.

2611058242

CÂMARA MUNICIPAL DA GOLEGÃ

Aviso n.º 21 211/2007

Para cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que esta Câmara Municipal celebra contrato de trabalho a termo resolutivo, nos termos da alínea *h*) do n.º 1 e do n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, a partir do próximo dia 22 de Outubro do ano de 2007, pelo período de 10 meses, na categoria de nadador-salvador, índice 128, escalão 1, com António Gonçalo Bento Rufino. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas — alínea *g*) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

16 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Veiga Maltez*.

2611058268

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

Aviso n.º 21 212/2007

Nomeação

Para os devidos e legais efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 18 de Outubro de 2007, foi nomeada técnica superior de 1.ª classe, geografia/engenharia geográfica, a primeira e única classificada no concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe, geografia/engenharia geográfica, Sandra Isabel Vilhena Félix, ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-

-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, a ser remunerada pelo escalão 1, índice 460, a que corresponde o vencimento de € 1503,05.

Mais se torna público que a referida nomeada deverá comparecer para assinar o termo de aceitação no prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*

19 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato*.
2611058290

Edital n.º 937/2007

Carlos Vicente Morais Beato, presidente da Câmara Municipal de Grândola, torna público que, por deliberação da Câmara tomada em reunião realizada no dia 13 de Setembro de 2007 e da Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária de 29 de Setembro de 2007, foi aprovada a criação de taxa de registo de cidadãos comunitários que passo a referir:

Emissões de certificado de registo de cidadão da união europeia — € 3,50;

Emissão de segunda via do documento em caso de extravio, roubo ou deterioração — € 3,75.

A referida taxa entra em vigor 15 dias após a data de publicação deste edital no *Diário da República*.

Para constar, se lavrou o presente edital, que vai ser afixado nos locais públicos do costume.

10 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato*.
2611058338

CÂMARA MUNICIPAL DA HORTA

Aviso n.º 21 213/2007

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por meu despacho de 20 de Agosto de 2007, vai proceder-se à abertura do período de discussão pública relativa à operação de loteamento e obras de urbanização que incide sobre o prédio sito no Ramal da Praia, freguesia da Praia do Almojarife, concelho da Horta, a que se refere o processo n.º 3/5/2007, em que é requerente Marco António Couto da Silva, contribuinte n.º 512087474, durante o período de 15 dias, com início no 2.º dia após a publicação deste aviso.

O processo de loteamento referido encontra-se disponível para consulta nos dias úteis, das 9 às 16 horas, na Secção de Atendimento da Divisão de Gestão Urbanística e Obras Municipais da Câmara Municipal da Horta.

16 de Outubro de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Orlando Lourenço da Rosa*.

2611058611

CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO

Aviso n.º 21 214/2007

Nos termos do disposto no n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptadas à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, faz-se público que, por meu despacho de 15 de Outubro de 2007, procedi à nomeação em comissão de serviço por um período de três anos do candidato Nelson do Vale Martins para o cargo de chefe de divisão de Finanças e Património, produzindo efeitos a partir do dia 19 de Novembro.

15 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Manuel Lopes*.

ANEXO

Nota curricular

Identificação:

Nome — Nelson do Vale Martins;
Data de nascimento — 8 de Maio de 1976.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Contabilidade e Finanças Públicas;
Pós-graduação em Gestão Pública e Autárquica.

Currículo profissional:

Vínculo — funcionário por nomeação, desde 15 de Janeiro de 2003, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Mondim de Basto; Integrado na carreira técnica superior, detendo a categoria de 1.ª classe;

Frequentou acções de formação em diversas áreas, destacando-se as da área de gestão e contabilidade.

2611058798

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA**Aviso n.º 21 215/2007**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 18 de Outubro de 2007, nomeei, no uso da competência que me é conferida pelo disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, a Dr.ª Teresa de Jesus Monteiro dos Santos, na carreira de técnico superior, na categoria de técnico superior de gestão de empresas de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, com dispensa do exercício de funções em comissão de serviço extraordinária, conforme possibilita o disposto no n.º 2 do artigo 5.º do diploma referido por último, produzindo efeitos esta nomeação ao dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*.

18 de Outubro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.

2611058506

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**Aviso n.º 21 216/2007**

Nos termos do disposto no artigo 8.º-A do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, norma aditada por força do Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, bem como em observância ao n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável pelo disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, faz-se público, por força da deliberação n.º 252/2007, de 13 de Setembro, da Câmara Municipal de Lisboa, da nomeação em comissão de serviço, pelo período de três anos, da licenciada em Direito Maria de Fátima de Jesus Fonseca como directora municipal dos Serviços Centrais.

A presente nomeação fundamenta-se nas qualificações para a função que resultam da sua formação e experiência profissionais que constam do respectivo currículo, que se anexa ao presente aviso.

15 de Outubro de 2007. — O Director, *José Bastos*.

ANEXO

Notas biográficas

Dados pessoais:

Data de nascimento — 1 de Maio de 1969.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica;

Pós-graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente;

Mestrado em Administração e Políticas Públicas.

Carreira profissional:

1992-1994 — exercício de advocacia;

1998-2001 — consultoria jurídica;

2003 — formadora nas áreas de modernização e qualidade na Administração Pública, na área de instrumentos de gestão territorial e na área de ética e deontologia profissional;

2005-2006 — membro de grupo de trabalho do Ministério da Educação;

Desde 1993 — técnica superior jurista na Câmara Municipal de Lisboa;

2001-2002 — directora da Unidade de Desenvolvimento de Modelos e de Inovação Organizacional, no Instituto para a Inovação na Administração do Estado (IIAE);

De 1 de Dezembro de 2002 a 23 de Maio de 2006 — adjunta da vereação na Câmara Municipal da Amadora.

Formação — curso de especialização em Direito dos Contratos Públicos.

Outros elementos:

Autora de inúmeras publicações em temas «A inovação na Administração Pública», «Inovação e qualidade nas organizações públicas: A auto-avaliação como facilitador da mudança», «Gestão análoga à privada», «Envolvimento dos cidadãos nas políticas da administração local»;

Co-autora de publicações, entre outras *A ferramenta CAF, Cidadania e Gestão da Qualidade, Administração Pública: Modernização, Qualidade e Inovação*.

Recebeu ainda um prémio atribuído no âmbito do convite à apresentação de trabalhos sobre inovação organizacional, 2.ª edição; Participou ainda como oradora em inúmeras participações, entre as quais se destaca a comunicação «Estratégias de modernização local», «O SIMPLEX e as novas tecnologias na Administração Pública: As TIC como eixo transversal da reforma», «Novas tecnologias da informação e desenvolvimento dos recursos humanos nas organizações públicas».

2611058339

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**Aviso n.º 21 217/2007****Concurso n.º 33/2007 — Concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares na categoria de leitor-cobrador de consumos do grupo de pessoal auxiliar**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do vice-presidente desta Câmara Municipal, com poderes delegados pelo presidente desta Câmara Municipal, de 10 de Setembro de 2007, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares na categoria de leitor-cobrador de consumos do grupo de pessoal auxiliar, do quadro de pessoal deste município.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

De acordo com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, nos concursos em que o número de lugares a preencher seja de um ou dois, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

1 — O presente concurso visa exclusivamente o provimento dos mencionados lugares, caducando com o seu preenchimento.

2 — Legislação aplicável ao concurso — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 112/90, de 4 de Abril, 29/2001, de 3 de Fevereiro, 442/91, de 15 de Novembro, e 6/96, de 31 de Janeiro, e Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

3 — Conteúdo funcional — lê em contadores, nas casas dos consumidores, os números relativos aos gastos de água, electricidade ou gás, anota-os em livros apropriados e recebe as verbas constantes dos recibos correspondentes aos gastos anteriores de acordo com o despacho n.º 38/88, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 26 de Janeiro de 1989.

4 — O local de trabalho situa-se na área do município de Loulé e as condições e regalias sociais são as genericamente vigentes para a Administração Pública local.

5 — Remuneração — o vencimento mensal é o correspondente ao escalão 1, índice 175, nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

6.1 — A este concurso poderão candidatar-se todos os indivíduos, vinculados ou não à função pública, que satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias e ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.